

Pela democratização do BNDES

Carlos Tautz*

Apesar de ser o principal financiador de longo prazo da economia brasileira desde os anos 1950, o que lhe dá responsabilidade central no modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continua uma das instituições menos transparentes da República. Ele não reflete os avanços democráticos que a sociedade brasileira vem experimentando ao longo dos últimos 30 anos. Nesse aspecto, está desconectado do seu tempo.

Para ter a dimensão do poder do banco, basta lembrar que ele financiou, na segunda metade do século 20, a industrialização do Brasil e a política de substituição de importações. Mais tarde, dada a capacidade técnica e política de gerar políticas públicas e de dispor de meios para financiá-las, foi o gestor da famigerada privatização de estatais estratégicas (os privatistas, aliás, não se contentam em apenas imprimir uma lógica privada aos desembolsos do banco. Planejam abocanhar seus recursos e levá-lo à morte). Em 2006, emprestou cerca de R\$ 57 bilhões e teve orçamento superior ao do Banco Mundial.

A falta de democracia e publicidade tem possibilitado aos seus gestores operarem uma máquina de alto poder, com orçamentos vultuosos, mas totalmente descolada da base da sociedade. Até hoje, o BNDES tem sido acessado majoritariamente por grandes grupos que imprimem a lógica privatista aos desembolsos dessa empresa pública nacional. Por essa razão, o banco terminou induzindo um tipo de desenvolvimento extremamente concentrador da renda e gerador de uma série de outros impactos na sociedade brasileira.

Algumas organizações, entretanto, pensam que chegou a hora de esta situação mudar. A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e o Ibase – que com outras entidades vêm há pouco mais de dois anos pressionando o banco por transparência, informação e debate sobre os critérios de financiamento – avaliam que está na hora de o BNDES assumir o seu caráter de agência pública de fomento ao desenvolvimento nacional e dirigir suas capacidades ao atendimento de demandas históricas da sociedade brasileira.

Essas organizações querem dizer ao conjunto da sociedade e, em especial, aos presidentes da República, Luis Inácio Lula da Silva, e do próprio BNDES, Luciano Coutinho, que é necessário o Brasil ter um banco de desenvolvimento que coloque no centro de sua missão o atendimento a essas demandas históricas.

É por essa razão que elaboraremos nos dias 16 e 25 de maio uma plataforma para o BNDES, abordando algumas demandas centrais para um novo modelo de desenvolvimento.

O que planejamos fazer

Pretendemos articular um sistema de proposições, vindas da base da sociedade, para que outras vozes sejam ouvidas sobre a definição dos rumos do BNDES. Até aqui, ele pouco contribuiu para, naquilo que lhe compete, ajudar a reparar as injustiças históricas que foram cometidas contra o povo brasileiro, em decorrência do tipo de economia que o Brasil adotou ao longo de sua história.

Aproveitando a recente troca de comando na instituição (em 2 de maio), e o fato de o governo ter entregue ao BNDES a responsabilidade de levar adiante parte considerável do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), acreditamos que chegou a hora de começar, pelo BNDES, a questionar os instrumentos financeiros que viabilizam o desenvolvimento brasileiro.

Queremos elaborar, e posteriormente entregar a Lula e a Luciano Coutinho, uma plataforma mínima de ações para recolocar o banco no caminho de uma verdadeira instituição de fomento ao

desenvolvimento nacional. Queremos que ele leve em conta, em todas as suas operações, as dimensões social, ambiental, de gênero, geracional, territorial, cultural, técnica, econômica e de raça – com a mesma intensidade com que o BNDES busca a sua rentabilidade.

Para isso, é necessária uma mudança de orientação política no banco. Equivocadamente, esta empresa transformou o retorno financeiro de suas operações na sua única meta e indicador de desempenho. Isto evidencia o quão distante está de um modelo de desenvolvimento que privilegie a maioria da sociedade. Ao ter o desembolso e o retorno imediato como únicas medidas de desempenho, o banco se esmera em abrir o cofre. Mas pouco leva em conta o desenvolvimento da nação – algo que só pode ser alcançado a longo prazo e sem a visão financeirista que ora norteia o BNDES.

Queremos iniciar um movimento amplo e articulado de questionamento. Nos dois anos e meio de tentativa de diálogo com o banco – nós apostamos que o governo Lula abriria essa oportunidade –, identificamos algumas áreas chave para levar o banco a um novo patamar de atuação.

São elas:

A necessidade de uma política pública de informação, devido à falta absoluta de transparência em suas operações mais elementares. É necessário dar publicidade, por exemplo, a detalhes de bilionárias transações que acontecem sem que sequer sejam tornados públicos os critérios que possibilitaram sua aprovação;

os percentuais irrisórios que o banco tem aplicado no saneamento ambiental, uma área estratégica para qualquer modelo de desenvolvimento minimamente justo. Mesmo o PAC, que tem nítida orientação economicista, aponta nesse sentido. O BNDES só apóia a área de saneamento quando o assunto é financiamento da privatização ou apoio à privatização disfarçada de Parceria Público-Privada (PPP);

os vultosos aportes ao setor de energia, sem qualquer visão de desenvolvimento em um sentido mais amplo. Essa opção impede a atuação vigorosa do BNDES no financiamento de políticas públicas para a modernização do sistema elétrico brasileiro (o que evitaria dezenas de novas megaobras), o apoio vigoroso a fontes energéticas chamadas “alternativas”. Também impede o banco de enxergar a questão energética sob uma política nacional para o enfrentamento de mudanças no clima;

os aportes ainda mais vultosos, e até participações acionárias expressivas, em empresas do setor de papel e celulose exclusivamente comprometidas com o atendimento ao mercado externo e que, há décadas, são geradoras de gravíssimos conflitos territoriais, sociais e ambientais. O volume de recursos e as condições do financiamento a várias empresas da área de papel e celulose pedem, inclusive, uma auditoria nos financiamentos para o setor;

o papel do BNDES no financiamento à produção do etanol. Apesar de ter um balanço de emissão de carbono melhor do que o dos combustíveis fósseis, essa opção está planejada para a produção em uma escala que ameaça a soberania brasileira sobre seu território e seus recursos, além de utilizar relações de trabalho análogas à escravidão;

a falta de uma política ambiental indutora de padrões de produção e de consumo que minimizem a utilização de recursos naturais;

o fraco desempenho do banco no fomento ao microcrédito, mesmo considerando as dificuldades de gestão dos agentes desse setor. Linhas de crédito especiais para o fortalecimento institucional das cooperativas de crédito devem ser ativamente promovidas pelo banco;

a destinação dos recursos não-reembolsáveis do Fundo Social do banco sem procedimentos

públicos de convocação, avaliação e aprovação. Tais recursos poderiam contribuir no fomento a fundos solidários (fundos rotativos ou de apoio a pequenos projetos de geração de trabalho e renda);

a pífia atuação da área social do banco, tanto em termos de recursos quanto em capacidade política de pautar a empresa no sentido de atender a demandas típicas de um banco de desenvolvimento. As ações ditas sociais do BNDES não devem ficar restritas a uma área, como um apêndice indesejado. Devem constituir a verdadeira razão de existência de uma instituição deste tipo e se refletir em cada financiamento do banco.

Aí estão os contornos das propostas que discutiremos com aliados de variados setores – de sem terra a ambientalistas, passando por especialistas em energia, gente especializada em macroeconomia, em comércio, em relações de gênero e de raça. Gente, enfim, que vê amplas possibilidades de reafirmar o BNDES como indutor de um tipo de desenvolvimento mais justo.

*Jornalista e pesquisador do Ibase.